

Índice

Prefácio	XV
Nota Prévia	XVII
Introdução	1
Justificação e Limites do Tema	1
Estudos sobre o Património Artístico Nacional	3
O Balanço de uma Vida	7
Regras de Transcrição e Siglas	17
Principais Abreviaturas	17
1. O Culto da Arte em Portugal	19
1.1. Os Monumentos Nacionais: a Evolução de uma Tomada de Consciência	21
<i>O Jornal do Pôrto</i>	21
<i>O Progresso do Pôrto</i> (1870-1871)	22
<i>As Farpas</i> (1871-82)	23
<i>Banhos das Caldas e Águas Minerais</i> (1875)	34
<i>As Praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante</i> (1876)	37
<i>A Holanda</i> (1883)	41
<i>John Bull – Depoimento de uma Testemunha</i> (1887)	43
Segunda Edição de <i>As Farpas</i> (1887-1889)	44
Breve Nota sobre a Restante Produção Literária	52
1.2. Influências e Antecedentes da Historiografia Portuguesa	59
Almeida Garrett e o Nacionalismo	60
O Lamento de Alexandre Herculano nos “Monumentos Patreos” (1838/39–1873)	75
A Influência da Obra de Raczyński (1846)	81
O Exemplo dos <i>Monumentos Nacionaes</i> de Mendes Leal (1868)	83
A Responsabilização do Estado em “Os Monumentos” de Vilhena Barbosa (1873-1908)	88

As Ideias Lançadas pelo Marquês de Sousa Holstein e a Comissão da Academia Real de Belas Artes (1875-1876)	92
O Esquema Orgânico Usado por Possidónio da Silva em “Monumentos Nacionais” (1885-1894)	95
Conclusões	97
1.3. O Culto da Arte em Portugal	101
Impacto da Obra	103
Enquadramento Geral	107
A intervenção nos Monumentos Nacionais	111
O papel da Comissão dos Monumentos Nacionais	121
O <i>estilo original</i>	121
Conhecer para Salvar	123
Como Inventariar os Bens Móveis	124
A Falta de Técnicos Especializados	127
A Ineficiência dos Organismos	128
A Discussão de Conceitos	129
Os Beneméritos	131
O Culto da Arte Nacional	132
A Perda da Tradição	133
As Artes Decorativas	134
Abordagem à Pintura “Primitiva” Portuguesa	136
O Desrespeito pelos Testemunhos do Passado	137
A Falta da Criatividade Artística e a Influência de Ruskin	138
Algumas Considerações Finais	140
2. Em Prol dos Monumentos Nacionais	143
2.1. Primeira Experiência numa Comissão Oficial	149
2.2. A Passagem pelas Instituições do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	157
2.3. Da Teoria à Prática	203
O Exemplo do Mosteiro da Batalha	204
A Imagem Contraditória da Comissão dos Monumentos Nacionais no Caso da Sé de Lisboa	208

Como Intervir no Mosteiro dos Jerónimos?	212
Entre os Directores da Intervenção na Sé Velha de Coimbra	225
Outros Pareceres de Ramalho Ortigão	234
A Desilusão Causada pela Demolição Parcial do Convento das Carmelitas de Aveiro ...	237
O Desaparecimento das Muralhas de Braga	244
O Convento da Conceição de Beja	246
Breve referência ao Congresso dos Arquitectos em Madrid (1904)	249
2.4. Contribuição para o Arrolamento dos Monumentos Nacionais	253
As Primeiras Propostas de Gabriel Pereira para a Classificação dos Monumentos Nacionais	254
De Novo a Real Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses em Defesa dos Monumentos Nacionais	264
As Propostas Apresentadas por Ramalho Ortigão	268
O Culminar do Processo de Arrolamento dos Monumentos Nacionais	284
3. A Valorização da Arte Portuguesa	289
3.1. A Representação Portuguesa na Exposição Colombina	297
3.2. A Colaboração com a Casa Real	325
Biblioteca da Ajuda: <i>A Torre de Marfim</i>	325
A Exposição de Arte Sacra Ornamental	331
Polémicas em Torno de Ramalho	346
3.3. A Defesa dos “Primitivos”	355
Conclusão	383
Bibliografia	389
Anexo – Documentação	443